

MULHERES MARAJOARAS: TRAJETÓRIAS DE SER, SABER E PODER

Geovana Sousa Neves Pena¹

Clarice Souza Bruno²

Eliane Miranda Costa³

RESUMO

O trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de iniciação científica “Mulheres na Amazônia Marajoara: Educação, Trabalho, Religião, Família e Muitas Histórias (1940–2023)”, que mapeia histórias e memórias da vida profissional e pessoal de mulheres marajoaras, em vista de dar visibilidade a essas sujeitas, historicamente ocultadas pela história oficial. Aqui, buscamos compreender como as mulheres do município de Breves constroem estratégias para consolidar sua vida acadêmica, enfrentando desafios relacionados ao acesso e à permanência escolar, especialmente no ensino superior. Para tanto adotamos como metodologia a História Oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes mulheres marajoaras que se dispuseram em participar da pesquisa. Teoricamente, contamos com escritos de Hooks (2013), Lima (2022) e Freire (1997), em função do diálogo com as categorias de gênero, diversidade cultural, educação emancipatória e educação como prática de liberdade. Nos resultados verifica-se: a limitação da oferta e da opção de cursos superior em instituições públicas em Breves, o que implica em deslocamento para outros municípios e estados. Porém, tal desafio, demanda recursos financeiros que muitas mulheres não dispõem. Diante de tal desafio, observa-se, que nossas interlocutoras, para não interromper sua trajetória escolar, mobilizaram redes de apoio familiar e comunitário, reinventaram rotinas e criaram caminhos para garantir o acesso e a continuidade dos estudos. Nesse percurso, articulando memórias, identidades e projetos de vida, essas mulheres fortaleceram sua autonomia, garantiram seu espaço e consolidaram um movimento de empoderamento feminino, fundamental para serem vistas e respeitadas como sujeitas. Conclui-se que, tais estratégias revelam não apenas a resiliência individual, mas também a potência coletiva dessas mulheres para resistirem às desigualdades estruturais e afirmarem o direito à educação e à vida, em um território colocado à margem dos investimentos financeiros e das políticas públicas.

Palavras-chave: Resistência Feminina, Escolarização, Marajó.

INTRODUÇÃO

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Universitário do Marajó-Breves, geovanapena03@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia e Mestranda em História Social da Amazônia, na Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves, clarice.bruno@breves.ufpa.br;

³ Docente da Faculdade de Ciências da Educação e do Programa de Pós-graduação em Sociobiodiversidade em Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará - UFPA, elianec@ufpa.br;



A Amazônia Marajoara é um território marcado tanto pela riqueza natural quanto pela diversidade cultural. O patrimônio natural, composto pela diversidade biológica, ecológica e florestal, é também fruto de um manejo ancestral conduzido pelos povos originários, que aqui, chamaremos de povos marajoaras. Registra-se que a presença desses coletivos, conforme Schaan (2009), podem ser notadas há mais de cinco mil anos no Marajó. No intercâmbio com outros grupos ao longo de milênios, séculos e décadas os povos marajoaras ajudaram a construir um patrimônio cultural, marcado pela diversidade de saberes, práticas, cosmologias e cosmovisões sociais. Em contraste com essa riqueza tem-se as desigualdades históricas que atravessam diversas dimensões da vida social, econômica e educacional.

Essas desigualdades são justificadas e sustentadas pela insuficiência e inoperância de políticas públicas na região. Tem prevalecido um discurso que o acesso longo e demorado por transporte fluvial dificulta a implementação de políticas. Em outros termos as características geográficas da região têm sido usadas para justificar a insuficiência e ausência de serviços públicos nas diversas áreas, o que contribui para alimentar os baixos índices de desenvolvimento humano dos municípios marajoaras e, também alimentar o racismo ambiental, a xenofobia, a violência institucional, a violência de gênero e, principalmente, a negação de direitos.

É um discurso que não considera a importância dos rios e floresta para a população, especialmente, as comunidades ribeirinhas. Como escreveu Leandro Tocantins (1973), o rio na Amazônia, comanda a vida, logo constitui-se elemento central na mobilidade e produção da vida. O rio é indispensável para o fortalecimento da identidade cultural, por isso precisa ser visto e pensado não como um desafio que impede e isola a região, mas como o condutor de possibilidades. E isso inclui política de transporte seguro e adequado para que a população ribeirinha possa conectar à cidade, a escola e tantas outras conexões necessárias.

Este estudo concentra-se no município de Breves, considerado um dos maiores municípios da região marajoara, em termos de extensão territorial e população, que conforme dados estimados pelo IBGE (2025), conta com 116.058 habitantes. Breves, assim como os demais municípios marajoaras enfrenta dificuldades com a infraestrutura, fator que impacta diretamente na saúde, economia, trabalho, educação entre outros. Nossa atenção volta-se aqui neste estudo para as mulheres, especialmente as ribeirinhas, isto é, buscamos compreender como essas mulheres em Breves, no Marajó, constroem estratégias para consolidar suas





trajetórias acadêmicas, considerando os desafios relacionados ao acesso e à permanência escolar, sobretudo no ensino superior.

Desse modo, procuramos responder os seguintes questionamentos: que desafios as mulheres marajoaras enfrentam para estudar, especialmente no ensino superior? Como essas mulheres reinventam seus caminhos de formação diante das barreiras impostas pelas dificuldades estruturais? E de que modo as estratégias construídas por elas revelam práticas de resistência, autonomia e emancipação no contexto amazônico?

Pensar as mulheres marajoaras diante desses desafios estruturais, exige conhecer suas trajetórias de resistência e reinvenções cotidianas. Conhecer como essas mulheres articulam memórias, práticas comunitárias e projetos de vida diante de obstáculos estruturais. Este estudo apresenta resultados parciais da pesquisa de iniciação científica “Mulheres na Amazônia Marajoara: Educação, Trabalho, Religião, Família e Muitas Histórias (1940–2023)”, apoiada pelo Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC)/UFPA, cuja finalidade volta-se para mapear histórias e memórias da vida pessoal e profissional de mulheres marajoaras, em vista de dar visibilidade a sujeitos historicamente invisibilizados pela narrativa oficial. É, portanto, um estudo que se preocupa em reconhecer e valorizar as trajetórias femininas em contextos amazônicos, historicamente atravessados por ausências institucionais e desigualdades estruturais.

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, por lidar com um fenômeno complexo, impossível de ser reduzido à mensuração (Minayo, 2016). Tal abordagem permite compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelas participantes às suas trajetórias educacionais e de vida, valorizando as dimensões subjetivas e sociais presentes em suas narrativas. Entre os caminhos metodológicos adotados, destaca-se o uso da História Oral, aqui compreendida em sua dimensão temática. De acordo com Portelli (1997), a história oral temática consiste na história dos eventos, da memória e da interpretação dos eventos por meio da memória. Assim, essa escolha metodológica possibilita o registro e a valorização das narrativas das mulheres marajoaras a partir de suas próprias vozes, evidenciando modos de ser, saber e resistir em um contexto atravessado por desigualdades históricas.

Além disso, como complemento do percurso metodológico, recorreremos à pesquisa bibliográfica, etapa essencial para o embasamento teórico e a contextualização do estudo. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas 14 entrevistas semiestruturadas, com





mulheres que se disponibilizaram em participar da pesquisa. A entrevista semiestruturada foi escolhida, por se tratar de uma técnica que, segundo Gil (2019, p. 135), “possibilita ao pesquisador maior flexibilidade, permitindo explorar com mais profundidade determinados aspectos levantados pelos entrevistados”. As entrevistas foram conduzidas com mulheres de diferentes faixas etárias e níveis de escolarização, residentes no município de Breves ou que se deslocaram para outras cidades em busca de continuidade em seus estudos. Esse procedimento buscou apreender memórias, desafios e estratégias relacionadas ao acesso e à permanência escolar, especialmente no ensino superior, de modo a compreender como essas trajetórias revelam sentidos de resistência e emancipação.

O contato com as participantes ocorreu de forma voluntária, mediante convite e esclarecimento sobre os objetivos da pesquisa, garantindo o anonimato e o respeito à identidade das colaboradoras, conforme os princípios éticos estabelecidos pela Lei, n. 14.874/2024. As entrevistas foram registradas em áudio, com autorização prévia para gravação e uso das informações apenas para fins acadêmicos, não sendo utilizada nenhuma imagem ou material visual que identificasse as participantes. Neste texto utilizamos trechos de 2 entrevistadas, as quais correspondem aos objetivos traçados. Essas mulheres estão identificadas no corpo do texto como Entrevistada 1 e Entrevistada 2.

Os dados foram organizados, sistematizados e analisados à luz de pressupostos da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Foi realizado um processo de escuta, transcrição e categorização das narrativas, orientado pela leitura interpretativa das experiências relatadas. Essa etapa permitiu identificar eixos temáticos recorrentes, como acesso à educação, redes de apoio, deslocamentos territoriais e práticas de resistência, os quais sustentaram as discussões e reflexões apresentadas nos resultados do estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste estudo busca sustentar a análise das trajetórias educacionais e de vida das mulheres marajoaras a partir das intersecções entre gênero, território e emancipação. Para isso, a investigação se apoia nas contribuições de Lima (2022), Freire (1967) e Hooks (2013), cujas reflexões oferecem subsídios para compreender a educação como espaço de resistência, construção de autonomia e fortalecimento identitário.

As contribuições de Lima (2022) enfatizam a importância de valorizar os saberes locais e as práticas culturais. A autora, a partir de uma abordagem decolonial, ressalta que a educação emancipatória deve dialogar com as especificidades históricas e sociais das





mulheres, reconhecendo suas experiências e conhecimentos como formas legítimas de produção de saber, contrapondo-se às lógicas de silenciamento e à colonialidade do conhecimento.

Por sua vez, Freire (1967) amplia essa perspectiva ao propor a concepção da educação como prática de liberdade, orientada pelo diálogo e pela consciência crítica. Para o autor, o sujeito educando deve ser reconhecido em sua condição histórica, desenvolvendo autonomia e capacidade de transformação social, o que permite compreender as trajetórias das mulheres marajoaras como experiências de resistência coletiva e afirmação de identidade.

Hooks (2013) complementa essa perspectiva ao destacar que a educação é um ato político e transformador, que permite às mulheres historicamente marginalizadas ocupar espaços de fala e decisão. Segundo a autora, o processo educativo possibilita sair do silêncio e ressignificar posições de exclusão social, articulando aprendizado, consciência crítica e empoderamento individual e coletivo.

Dessa forma, o diálogo entre os autores foi adotado com o intuito de orientar a interpretação das narrativas orais das participantes, permitindo analisar a educação não apenas como instrumento de ascensão social, mas como um ato político, cultural e emancipatório, que fortalece identidades e reafirma a potência das mulheres marajoaras em seus territórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das entrevistas permitiu identificar três categorias principais que orientaram a interpretação das trajetórias educacionais das mulheres marajoaras: desafios de acesso à educação superior, mobilização de redes de apoio familiar e comunitário e construção de autonomia e empoderamento.

No que diz respeito ao acesso à educação superior, observou-se que a oferta de cursos em Breves é concentrada na zona urbana. Essa centralização faz com que mulheres que vivem nas áreas rurais e ribeirinhas precisem deixar suas comunidades para estudar na cidade, enfrentando, assim, barreiras que vão além da simples disponibilidade de vagas, como relata a Entrevistada 1: *“Logo que eu comecei a estudar eu vinha e voltava todo dia, mas depois ficou muito cansativo, então eu tive que vir pra ficar na cidade”*. O deslocamento implica não apenas custos financeiros significativos, que nem todas conseguem arcar, mas também grandes esforços pessoais e sociais, pois transformam todo o contexto de vida das mulheres.

Ao se inserirem em novos territórios, elas precisam reorganizar suas rotinas e adaptar-se a estilos de vida diferentes. Além disso, algumas relataram enfrentar preconceitos e





estigmas relacionados à sua condição de estudantes oriundas de áreas rurais, o que exige ainda mais resiliência e capacidade de superação, como segue o relato da entrevistada 1 “*Muitas vezes, logo que iniciei na minha carreira, eu ouvia ‘Ah essa daí não vai dar conta, não sabe nada, foi daqui do interior’*”.

Mesmo diante dessas múltiplas barreiras, as entrevistas evidenciam que as mulheres demonstram grande determinação, planejando cuidadosamente suas trajetórias acadêmicas e buscando estratégias para conciliar os desafios logísticos, familiares e acadêmicos, a fim de garantir a continuidade dos estudos e a realização de seus projetos de vida. Esse esforço fica evidente no relato da Entrevistada 2, que descreve a dureza cotidiana de permanecer na universidade sem apoio institucional: “*É uma luta e uma humilhação diária, porque aqui eu não tenho bolsa, não tenho emprego, eu tô realmente só estudando. Tô sobrevivendo com a graça de Deus, com a ajuda da minha família e com os 600 reais do Bolsa Família.*”

A mobilização de redes de apoio familiar e comunitário mostrou-se essencial para a continuidade da formação acadêmica das participantes. As entrevistadas relataram ainda que, quando precisaram deixar seus lares, os familiares e pessoas próximas auxiliaram nas tarefas domésticas, no cuidado com os filhos e na organização econômica, permitindo que as estudantes se dediquem aos estudos.

Essa mobilização inclui também o auxílio no deslocamento até o Campus, já que algumas relatam depender da ajuda de familiares para retornar ao seu rio no final do dia, diante da limitação de embarcações privadas que nem sempre contemplam seu trajeto. As entrevistadas destacaram que seus familiares e amigos as incentivaram para continuar estudando. Isso mostra que tais sujeitos reconhecem a importância de a oportunidade dessas mulheres cursarem o ensino superior. Em alguns casos, mesmo diante da alternativa de cursar tal nível em faculdades particulares a distância, a família se mobilizou para garantir o ensino presencial na universidade pública, como revela a Entrevistada 1:

Eu estudei em outras faculdades particular, só que cheguei quase no final e desisti, porque eu não queria da particular. E aqui na federal é uma coisa que muitos sonham estar aqui, pra mim era um que eu tinha há muito tempo. [...] Eu vejo desse jeito, tem que aproveitar a cada momento, porque não é fácil tá aqui.

Esse apoio coletivo viabiliza não apenas o acesso à universidade, mas evidencia a dimensão social e comunitária da educação. A narrativa evidencia também que, ao avançarem em seus percursos formativos, as mulheres rompem barreiras históricas que atravessam gerações em suas famílias. Essa ruptura é visível no enunciado da Entrevistada 2 “*Eu sou a*





única que conseguiu ingressar no mestrado, são bem poucos que têm o ensino médio completo”. Evidencia-se, aqui, a ruptura que essas mulheres promovem em relação ao percurso educacional de suas famílias. Seu relato revela não apenas o avanço individual representado pela entrada na pós-graduação, mas também o contraste com um contexto marcado pela baixa escolarização e por oportunidades historicamente restritas.

Por fim, a categoria construção de autonomia e empoderamento revelou que, diante das dificuldades, as mulheres enxergam a educação como um passo essencial para a afirmação de seu espaço na sociedade. Por meio da formação acadêmica, passaram a contribuir para a renda familiar e a reorganizar o cotidiano doméstico, enfrentando, em alguns casos, resistências iniciais ao romperem com a expectativa de que apenas os homens assumissem o papel de provedores. Esse movimento também se relaciona com a busca por romper ciclos de dependência vivenciados por gerações anteriores, como expressa uma participante ao afirmar: *“Eu ficava pensando que eu não quero que aconteça comigo como aconteceu com a minha mãe, que o marido dela não deixou ela estudar, eu não vou aceitar isso pra mim”* (Entrevistada 1). Além disso, muitas se inspiraram em outras mulheres que buscaram a educação e passaram a incentivar meninas de suas comunidades a não interromperem seus estudos na educação básica, mesmo diante de desafios como a escassez de escolas de ensino médio em suas localidades.

Os dados evidenciam barreiras estruturais e estratégias de superação no acesso à educação superior, o que pode ser compreendido à luz das reflexões de Lima (2022), Freire (1967) e Hooks (2013) sobre diversidade cultural, educação como prática de liberdade, gênero e autonomia. Os desafios enfrentados pelas participantes para acessar a educação superior, incluindo deslocamentos, custos financeiros e barreiras sociais, podem ser compreendidos à luz da perspectiva decolonial proposta por Lima (2022).

Para essa autora, é necessário questionar a centralidade e hierarquia do conhecimento moderno, valorizando formas diversas de atribuir sentidos e significados ao mundo, sem eleger culturas ou populações como superiores ou inferiores. Nesse contexto, o enfrentamento de preconceitos e estigmas relacionados à condição de estudantes oriundas de áreas rurais torna-se central: ao reorganizar suas rotinas, superar barreiras sociais e buscar estratégias para a continuidade dos estudos, as mulheres marajoaras afirmam seus saberes e experiências, resistindo a visões historicamente hierarquizadas e excludentes.

Como observa Lima (2022, p. 70), “para considerar essa pluralidade é necessário entender que o plural acontece de uma correlação de forças (dominação e resistência), e é na ação de resistir que são produzidas as mais variadas formas de existência histórica”. Dessa



forma, essas trajetórias evidenciam que a educação funciona como um espaço de reconhecimento, valorização cultural e resistência, exigindo que as mulheres lutem duplamente: tanto contra as barreiras de acesso quanto contra a lógica de uma ciência centralizadora.

O envolvimento das redes de apoio familiar e comunitário evidencia a dimensão coletiva e política da educação, conforme as ideias de Freire (1967), que aponta para a urgência da alfabetização e da conscientização das massas neste país, em que os analfabetos constituem a metade da população e são a maioria dos pauperizados por um sistema social marcado pela desigualdade e pela opressão.

Esse movimento de valorização da educação entre a rede de apoio e as mulheres é muito importante, pois reforça a educação como ferramenta para enfrentar as desigualdades desse território que fica à margem das políticas públicas. Nesse processo, observa-se que a educação “implica numa autoformação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto” (Freire, 1967, p. 117).

Os relatos evidenciam que o envolvimento de familiares e pessoas próximas vai além da ajuda prática, configurando um gesto simbólico de reconhecimento da importância da educação como instrumento de transformação individual e social. A busca pela formação superior não se apresenta como percurso isolado, mas como um movimento coletivo, em que a permanência das mulheres no ensino superior depende da partilha de responsabilidades e da valorização da educação como bem comum. Dessa forma, essas trajetórias reafirmam a dimensão social e comunitária do ato de educar, mostrando que a educação se constitui em prática de liberdade quando é construída com o apoio, incentivo e comprometimento de toda a rede que envolve o sujeito.

No percurso das participantes em direção à construção de autonomia e empoderamento, torna-se evidente o papel transformador da educação, conforme as reflexões de Hooks (2013), que entende o ensino como prática de liberdade capaz de fortalecer a identidade e a agência dos sujeitos. Os relatos mostram que, ao enfrentarem barreiras históricas, territoriais e sociais, as mulheres não apenas ampliam suas competências acadêmicas, mas também consolidam seu protagonismo dentro das famílias e comunidades.

Essa experiência de aprendizado vai além do domínio de conteúdos formais, pois permite que questionem normas de gênero tradicionais, reivindiquem seu espaço e inspirem outras meninas e mulheres a enxergar a educação como ferramenta de transformação pessoal e coletiva. Como enfatiza Hooks (2013, p. 148), “temos de produzir mais trabalhos escritos e testemunhos orais que documentem as maneiras pelas quais as barreiras são derrubadas, as





coalizões se formam e a solidariedade é partilhada” evidenciando a importância de reconhecer e registrar essas experiências de resistência e cooperação. Ao se afirmarem como sujeitos capazes de intervir em suas vidas e contextos, as participantes reforçam o potencial emancipatório da educação, fortalecendo seu poder de agência e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As trajetórias das mulheres marajoaras analisadas neste estudo revelam uma potência coletiva capaz de enfrentar as desigualdades historicamente naturalizadas no Marajó. Mesmo vivendo em um território marcado pela ausência de investimentos públicos, elas criam estratégias próprias para permanecer nos estudos, reafirmando o direito à educação e à vida em meio a contextos adversos.

Nesse cenário, a educação se evidencia como um instrumento central para reorientar percursos e ampliar possibilidades. As dificuldades relatadas — como a oferta restrita de cursos superiores, os deslocamentos longos e a necessidade de reorganizar rotinas familiares — mostram a complexidade de acessar e permanecer no ensino superior em um território marginalizado pelas políticas públicas.

Além disso, a construção de autonomia e empoderamento emerge como resultado direto desses esforços. Ao conquistar espaços antes restritos, essas mulheres passam a inspirar outras meninas e mulheres em suas comunidades, reforçando que a educação é um caminho para afirmar direitos, ampliar oportunidades e transformar perspectivas sobre papéis tradicionais de gênero.

A partir dessas trajetórias, torna-se evidente a urgência de políticas públicas territorializadas, capazes de atender às especificidades do arquipélago do Marajó. A oferta limitada de cursos, a escassez de infraestrutura educacional e as dificuldades de deslocamento demonstram que o direito à educação ainda não é plenamente exercido. Investimentos que considerem a realidade local, a logística de transporte e as demandas sociais da região são fundamentais para garantir uma educação pública inclusiva, contribuindo para a redução das desigualdades estruturais e para o fortalecimento do protagonismo das mulheres em seus territórios.

Por fim, os resultados do estudo indicam a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a compreensão sobre a educação na zona rural da Amazônia Marajoara, considerando de forma detalhada a trajetória educacional das mulheres. Essas investigações devem ampliar o diálogo com diferentes contextos rurais, reconhecer a diversidade de





experiências e analisar a interseção entre gênero, território e poder. Estudos futuros podem subsidiar a implementação de políticas educacionais mais inclusivas e orientar ações práticas, reforçando a educação como espaço de transformação social.

Dessa forma, a análise destas trajetórias evidencia a intersecção entre ser, saber e poder: as mulheres marajoaras não apenas constroem conhecimento, mas também afirmam sua presença e sua capacidade de intervenção em seus territórios. Seus caminhos demonstram como a educação funciona como prática de liberdade, resistência e empoderamento, consolidando projetos de vida que desafiam limites históricos e sociais e reforçando a potência coletiva dessas mulheres na construção de novos horizontes para si e para suas comunidades.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024. Dispõe sobre a pesquisa com seres humanos e institui o Sistema Nacional de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2024.

COSTA, Eliane Miranda. **Mulheres na Amazônia marajoara: educação, trabalho, religião, família e muitas histórias (1940 - 2023)**. Projeto de Pesquisa, CUMB, 2024. Não Publicado.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados. **Breves**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/breves>. Acesso em: 09 nov. 2025.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação para mulheres na América Latina: um olhar decolonial sobre o pensamento de Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 30, n. 1, e76534, 2022.





MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. pp: 9-28.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente? **Proj. História**, São Paulo, (14), fev, 1997.

SCHAAN, Denise Pahl. **Cultura Marajoara**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

